



AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS – CISAB ZONA DA MATA, por meio de seu Pregoeiro e respectiva equipe de apoio, torna público a abertura de procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, com o objetivo de adotar “**Registro de Preços para firmar Termo de Contrato de expectativa de prestação de serviços relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho**”. A presente licitação será processada em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e suas alterações, Decreto Federal 7892/13, Decreto Federal 9488/18, Decreto Estadual nº 24.649/03, Decretos Municipais nºs 3893/2004, 3906/2005 e 4002/2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações, Lei complementar nº 123/06 e a Lei Complementar nº 147/14 e demais exigências deste edital, bem como todas as demais legislações aplicáveis.

Telefone para contatos e esclarecimentos: (31) 3891-5636 – (31) 98643-8305.

Os envelopes Proposta de Preço e da Documentação de Habilitação serão recebidos pelo Pregoeiro, em sessão pública, na sede do CISAB - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS, sito à Rua Gomes Barbosa, 942, Sala 801 – Centro em Viçosa-MG.

O Edital prevê o procedimento a ser observado pelo licitante em caso de dúvida de caráter técnico ou legal na interpretação de seus termos. **O protocolamento da proposta presume pleno conhecimento e entendimento de todas as condições por parte do licitante e, nos termos da Lei, implica sua aceitação automática, integral e irrevogável, motivo pelo qual, após este ato, o CISAB não tomará conhecimento de qualquer reclamação da proponente, fundada em erro, omissão, obscuridade ou ilegalidade do Edital.**

- a) Data para recebimento da documentação de credenciamento, do envelope com a Proposta e do envelope com a documentação de habilitação: 18/06/2020
- b) Horário para o recebimento da documentação de credenciamento, do envelope com a proposta e do envelope com a documentação de habilitação: até às 09 horas da manhã (horário de Brasília).
- c) OBS: haverá uma tolerância de recebimento dos documentos informados acima até o momento da abertura do primeiro envelope contendo proposta de preço.

O EDITAL na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no CISAB, Rua Gomes Barbosa, 942, Sala 801 – Centro em Viçosa-MG, ou pelo site www.cisab.com.br/compartilhadas. Para outros esclarecimentos disponibilizamos os telefones (31) 3891-5636 ou (31) 98643-8305 ou e-mail compras@cisab.com.br.

Viçosa, 04 de junho de 2020.

Ângelo Chequer
Presidente



**RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL: 003/2020
REGISTRO DE PREÇOS**

OBJETO: Registro de Preços para firmar Termo de Contrato de expectativa de prestação de serviços relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho, que tem as especificações descritas no Anexo I deste Edital.

Empresa: _____
CNPJ: _____
Pessoa para contato: _____
Endereço: _____
E-mail: _____
Cidade/UF: _____
Telefone: () _____

Retiramos, através do acesso à página www.cisab.com.br/compartilhadas, o instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, ____ de _____ de _____.

Assinatura

Senhor licitante, visando à comunicação futura entre esta Comissão de Licitação e essa empresa, solicitamos preencher o recibo de entrega do Edital e remetê-lo a esta Comissão através do e-mail compras@cisab.com.br. A não remessa do recibo exime a Comissão de Licitação da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS – CISAB ZONA DA MATA**, torna público, na presença e ciência do pregoeiro designado pela Portaria nº 009/2020 de 09 de março de 2020, que às 09 horas do dia **18/06/2020**, na sala de reuniões do CISAB, localizado à Rua Gomes Barbosa, 942, Sala 801 – Centro em Viçosa-MG, será realizada licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo “**MENOR PREÇO POR LOTE**”, cujo objeto trata-se de selecionar propostas para “**Registro de Preços para firmar Termo de Contrato de expectativa de prestação de serviços relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho**”, enunciados no Anexo I, Planilha de Especificações, que é parte integrante deste Edital.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

A presente licitação será processada em conformidade com o Disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e suas alterações, Decreto Federal 7892/13, Decreto Federal 9488/18, Decreto Estadual nº 24.649/03, Decretos Municipais nºs 3893/2004, 3906/2005 e 4002/2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações, Lei complementar nº 123/06 e a Lei Complementar nº 147/14 e demais exigências deste edital, bem como todas as demais legislações aplicáveis.

Para os fins previstos neste instrumento convocatório, informa-se o horário de atendimento para esclarecimentos e informações: das 8 horas às 11 horas e das 13 horas às 17 horas, em dias úteis.

1. DO OBJETO

1.1. O presente procedimento licitatório limita-se ao registro de Preços para firmar Termo de Contrato de expectativa de prestação de serviços relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho, consoante **especificações e condições estabelecidas no Anexo I**, que integra o presente Edital.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências deste Edital e seus anexos.

2.2. Não será admitida nesta licitação a participação de:

- a) empresas que não atenderem às condições deste Edital;
- b) empresas que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e municípios e nas respectivas entidades da Administração Indireta, ou tenham sido suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com os Municípios integrantes do CISAB ZONA DA MATA;
- c) empresas reunidas em consórcio e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- d) pessoas jurídicas das quais participem, seja a que título for, dirigentes ou servidores pertencentes à Administração Pública dos municípios consorciados e/ou ao CISAB ZONA DA MATA.

2.3. Os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos, observando o seguinte:



2.3.1 Lotes EXCLUSIVOS para ME e EPP, de acordo com a Lei Complementar nº 147 de 2014, nos lotes de contratação que não ultrapassem o valor médio de R\$ 80.000,00.

OBS.: Os interessados que atendam aos requisitos do edital, entretanto que não se enquadrem como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, também poderão apresentar propostas de preços para os itens exclusivos. No entanto, só poderão participar da etapa de disputa caso não haja MEs ou EPPs presentes. Tal procedimento tem por objetivo viabilizar a aplicação do disposto no processamento e julgamento da Licitação, quando suas propostas poderão vir a ser consideradas para efeito de julgamento, face a inviabilidade de contratação de empresas enquadradas como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP.

3. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1. Até **dois dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, devendo protocolar o pedido junto ao CISAB ZONA DA MATA, sito à Rua Gomes Barbosa, 942, Sala 801 – Centro em Viçosa-MG, no horário de 08 às 11:00 h e das 13:00 às 17 h, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre o requerimento no prazo de 24 horas.

3.1.1. Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

3.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, por falhas ou irregularidades, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

3.3. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

3.4. Os licitantes que tiverem dúvidas de caráter legal ou técnico na interpretação dos termos do Edital serão atendidos durante o expediente do CISAB, no horário de 08 às 11:00 h e das 13:00 às 17 h, até o segundo dia útil anterior à data fixada para a abertura deste Pregão.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. Para o credenciamento poderão ocorrer três situações distintas:

4.1.1. **Carta de Credenciamento (modelo anexo II)**: O representante legal da empresa deverá ser credenciado pelo proprietário e/ou sócio, especificando poderes para formulação de ofertas e lances verbais e deverá se apresentar, perante o Pregoeiro, para proceder ao respectivo credenciamento, munido de documento oficial de identificação que contenha foto e juntamente com o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual constem os dados do proprietário e/ou sócio que o credenciou, (tudo com cópias e originais para conferência ou cópias autenticadas) ou,

4.1.2. **Próprio proprietário e/ou sócio da empresa**: Caso o participante da licitação seja o próprio proprietário e/ou sócio da empresa, *não é necessário Carta de Credenciamento*, porém será solicitado documento oficial de identificação que contenha foto e juntamente com o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura (tudo com cópias e originais para conferência ou cópias autenticadas) ou,

4.1.3. **Procurador:** Em caso de procurador, será solicitada a PROCURAÇÃO, por instrumento público ou particular, com reconhecimento de firma do outorgante, na qual constem poderes específicos para formular lances, negociarem preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, munido de documento oficial de identificação que contenha foto e juntamente com o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual constem os dados do proprietário e/ou sócio que lhe deu poderes para este fim, (tudo com cópias e originais para conferência ou cópias autenticadas).

4.2. Qualquer das hipóteses informadas nos subitens 4.1.1; 4.1.2 e 4.1.3, serão aceitas pelo Pregoeiro, sendo que, estes documentos (originais ou cópias) deverão ser apresentados no início da sessão do Pregão separados dos envelopes de proposta e documentação.

4.3. A não apresentação, ou a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento, impedirá o licitante de formular lances.

4.4. Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, por todos os atos e efeitos previstos neste Edital.

4.5. O representante poderá ser substituído a qualquer momento por outro devidamente credenciado.

4.6. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

4.7. Se o licitante se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte, para usufruir dessa condição, nos termos da LC 123/2006, deverá, **no ato do credenciamento, fora do envelope**, apresentar declaração (**modelo anexo VI**) de que se enquadra nesta condição, em conformidade ao disposto no art. 3º da Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, de que a empresa cumpre plenamente os requisitos previstos no referido artigo, quais sejam:

- a) Se enquadre na situação de microempresa ou de empresa de pequeno porte;
- b) O valor da receita bruta anual de seu último exercício não tenha excedido ao limite legal fixado para a categoria a qual se enquadra;
- c) Não se enquadre em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006.

5. DA APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO (MODELO ANEXO III) E DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTAS DE PREÇOS E HABILITAÇÃO

5.1. No dia, hora e local designados neste edital, na presença dos interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, em sessão pública, o Pregoeiro, que dirigirá os trabalhos, após abertura da reunião, receberá os documentos abaixo relacionados, sendo registrados em ata os nomes dos licitantes:

5.1.1. **Declaração (modelo Anexo III), separadamente de qualquer dos envelopes, dando ciência de que cumpre os requisitos de habilitação para o presente certame licitatório e que está de acordo com todos os termos do presente Edital e seus anexos.**

5.1.2. Envelopes, devidamente fechados, contendo a Proposta de Preço (envelope nº 1) e Habilitação (envelope nº 2).

5.1.3. **A não entrega da declaração exigida no subitem 5.1.1 deste Edital implicará o não**

recebimento, por parte do Pregoeiro, dos envelopes contendo a Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não aceitação do licitante no certame licitatório.

5.2. Os conjuntos de documentos relativos à Proposta de Preços e Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, lacrados, indevassáveis e rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante, o número e objeto da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos “Proposta de Preço” e “Documentação”, na forma das alíneas “a” e “b” a seguir:

a) Envelope contendo Proposta de Preços:

- Ser numerado com o nº 01;
- Constar o nome do destinatário: **AO PREGOEIRO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA ZONA DA MATA-CISAB**
 - Constar o objeto “**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELACIONADOS À SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO**”.
- Constar o nome ou razão social do licitante: _____
- Constar a modalidade de licitação e número: **PREGÃO Nº. 003/2020**

b) Envelope contendo Documentos de Habilitação:

- Ser numerado com o nº 02;
- Constar o nome do destinatário: **AO PREGOEIRO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA ZONA DA MATA-CISAB**
 - Constar o objeto “**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELACIONADOS À SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO**”.
- Constar o nome ou razão social do licitante: _____
- Constar a modalidade de licitação e número: **PREGÃO Nº. 003/2020**

5.3. Será admitida a remessa postal dos envelopes com Proposta de Preços e Habilitação, sendo que neste caso não poderão formular lances. **A empresa que enviar os envelopes via remessa postal deverá mandar, dentro do envelope com a Proposta de Preços, uma cópia autenticada do contrato social ou estatuto da empresa contendo quadro societário, número e data do registro na junta comercial (ou similar) e objeto social da empresa para fins de cadastro no sistema de compras. O mesmo documento será utilizado para verificação da habilitação do licitante, se for o caso.**

5.3.1. Em decorrência da situação de emergência da saúde pública devido à proliferação do COVID19 e dos decretos municipais que estabelecem medidas que visam prevenir a disseminação do coronavírus em Viçosa – MG pedimos que os senhores licitantes deem preferência ao envio de envelopes via remessa postal, contendo Propostas de Preços já com o menor valor executável. Caso não optem pela remessa postal, será necessário o cadastro dos licitantes para que sejam autorizados a passar pelas barreiras sanitárias instaladas no município. Para isso, solicitamos que seja preenchido e enviado para o CISAB através do e-mail compras@cisab.com.br, formulário com os dados necessários para a autorização (Anexo X) com antecedência de até três dias úteis antes da data da realização do pregão.

5.4. Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial; no caso de cópias simples, devem estar acompanhadas dos originais para conferência, na sessão, pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio.



5.5. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fita, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das Propostas de Preços.

5.6. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à Proposta de Preço e à Habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente.

5.7. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

5.8. O número do Cadastro Nacional – CNPJ – indicado nos documentos da Proposta de Preço e da Habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente fornecer o objeto da presente licitação.

5.9. Após a apresentação da proposta, não mais caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

6. DA APRESENTAÇÃO E CONTEÚDO DA PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE “1”

6.1. Os interessados deverão apresentar as suas propostas impressas, conforme Anexo VIII, em envelope lacrado, identificado como Envelope “1”, sob pena de desclassificação da proposta.

6.2. A proposta dos itens deverá ser apresentada conforme anexo VIII, em uma via, com a indicação do preço unitário e total, devendo estar inclusas todas as despesas, como encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros de quaisquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita aquisição do objeto da licitação, bem como frete, seguro, taxas, impostos e quaisquer encargos incidentes e estar devidamente datadas, rubricadas as suas folhas e assinada por representante legal, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

6.3. Os preços que porventura vierem a ser ofertados através de lances verbais, deverão estar em acordo com o estabelecido no subitem 6.2. O CISAB não admitirá qualquer alegação posterior que vise ao ressarcimento de custos não considerados na proposta feita pelo licitante sobre os preços cotados.

6.4. Na proposta deverá conter, além de outras informações de livre disposição, o seguinte:

- a) Designação do número desta licitação;
- b) Conter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contado da data de abertura. Na falta de tal informação, será considerado proposto o prazo citado nesta alínea.
- c) Oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- d) Não serão consideradas Propostas com oferta de vantagem não prevista neste Edital.

6.5. A apresentação da Proposta por parte do licitante significa pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições desta Licitação e total sujeição à legislação pertinente.

7. DA APRESENTAÇÃO E CONTEÚDO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE “2”



7.1. Os licitantes deverão apresentar no envelope “2” – Documentos de Habilitação”, documentos que demonstram atendimento às exigências indicadas neste item:

7.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual ou;
- b) Ato Constitutivo (Estatuto ou Contrato Social) em vigor, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores ou;
- c) Comprovante de inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;
- d) Decreto de autorização, em caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Fica dispensada a apresentação de documentos para habilitação jurídica que já tiverem sido entregues no ato do credenciamento.

7.1.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede do licitante com data de expedição de no máximo 90 dias.

7.1.3. REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

7.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1.4.1 A licitante deverá apresentar:

- a) No mínimo 02 (dois) Atestados de Capacidade Técnica similares com o objeto da licitação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprovem a situação da empresa ou dos(s) profissional(ais) que desenvolverão os serviços, desde que vinculados a empresa, compreendendo serviços relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho.
- b) Registro da empresa licitante no CRM (Conselho Regional de Medicina).
- c) Registro da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura).
- d) Registro do profissional vinculado à empresa, de nível superior (MÉDICO) com ESPECIALIZAÇÃO EM MEDICINA DO TRABALHO, no CRM (Conselho Regional de Medicina).
- e) Registro do profissional vinculado à empresa, de nível superior (ENGENHEIRO) com ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA DO TRABALHO, no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura).

7.1.4.2. Em relação ao vínculo profissional dos Engenheiros e Médicos com a empresa licitante; esta comprovação poderá ser apresentada da seguinte forma:

- a) Cópia da CTPS (Carteira Profissional) acompanhada da Ficha de Registro de Empregados (FRE), ou
- b) Cópia do contrato social, no qual comprove que algum membro do quadro societário possua habilitação para tais serviços, ou
- c) Documento emitido pelo conselho competente que comprove a vinculação com a empresa licitante, ou
- d) Cópia do contrato de prestação de serviços devidamente registrado em cartório.

7.1.5. DECLARAÇÕES

- a) Declaração de Idoneidade (modelo Anexo IV).
- b) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, (modelo Anexo V).

7.2. Os licitantes legalmente qualificados como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº. 123/2006, deverão apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal, ainda que existam pendências.

7.2.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado aos mesmos o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento de débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

7.2.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou revogar a licitação.

7.3. Na abertura do envelope “Documentação” caso seja detectada ausência ou validade expirada de qualquer dos documentos exigidos na fase de habilitação, o licitante estará inabilitado.

7.4. Os documentos poderão ser apresentados em original para conferência com cópias simples, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou publicação em órgãos de imprensa oficial.

8. DA SESSÃO E DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

8.1. No dia, hora e local designados no Edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o representante legal ou seu procurador proceder ao respectivo credenciamento, **COMPROVANDO possuir os necessários poderes para formulação de propostas verbais (lances)** e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

8.2. O pregoeiro procederá com a abertura dos envelopes “1” contendo as propostas comerciais, que deverão ser rubricadas por ele e membros da equipe de apoio, conferindo-as quanto à validade e cumprimento das exigências contidas no edital, classificando as propostas dos licitantes de **Menor Preço por Lote**, considerando aquelas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço para o objeto licitado.



8.3. O autor da oferta de menor valor e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

8.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem acima, serão classificadas as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que os representantes dos licitantes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas escritas.

8.5. Não serão aceitos lances verbais com valores irrisórios, incompatíveis com o valor orçado.

8.6. Quando não houver mais lances, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas exclusivamente pelo critério do menor preço por lote. A fase de lances só ocorre quando há, no mínimo, dois licitantes a ofertar novos valores.

8.7. Nos valores apresentados serão consideradas somente as duas casas decimais após a vírgula e sem arredondamento.

8.8. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.9. Mesmo que não se realizem lances verbais, sempre será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

8.10. Finda a fase de lances verbais, caso haja microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha apresentado lance até 5% (cinco por cento) superior ao licitante de menor lance, e desde que esse também não se enquadre como microempresa, lhe será dada oportunidade de no prazo máximo de 10 (dez) minutos, ofertar nova proposta inferior aquela, nos termos dos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/2006.

8.10.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte **mais bem classificada** poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

8.10.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 8.10.1., serão convocadas as remanescentes **que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 8.10**, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.10.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.10., será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.11. Havendo empate entre empresas que não se enquadrem na Lei Complementar 123/2006, será obedecido o critério previsto no parágrafo 2º do artigo 3º da Lei 8.666/93, após o que, persistindo o empate, se fará sorteio público previsto no parágrafo 2º do artigo 45 da mesma Lei, independente da presença dos participantes ou seus prepostos, após convocados.

8.12. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de



habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

8.13. Na apreciação e no julgamento das propostas não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste instrumento, nem serão permitidas ofertas de vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes, obrigando-se, no entanto, a prestar toda e qualquer atividade oferecida em sua proposta.

8.14. Se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências para a habilitação, o pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor. Em caso de inabilitação, em nenhuma hipótese será permitido o retorno à fase de lances.

8.15. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.16. Em relação à nova proposta vencedora, poderão ocorrer duas hipóteses:

8.16.1. Verificado o licitante vencedor e com o consentimento do representante credenciado, o Pregoeiro emitirá nova proposta de preços, adequando os valores dos itens com redução proporcional ao lance final oferecido em relação ao valor global original do lote, sendo corroborado e assinado pelo representante credenciado presente; ou

8.16.2. O licitante declarado vencedor deverá apresentar ao Pregoeiro, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após o encerramento deste Pregão, nova proposta escrita, em conformidade com o anexo VIII deste Edital e de acordo com o correspondente item adjudicado, devendo o novo valor global do lote ser distribuído e adequado aos itens que o compõem de forma coerente, observando-se a redução obtida em relação ao valor global original.

8.17. A aceitabilidade da nova proposta está condicionada à avaliação final do Pregoeiro, em consonância com os orçamentos estimativos que fazem parte do presente procedimento licitatório.

8.18. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não atendam às exigências e requisitos estabelecidos neste edital ou imponham condições.
- b) Apresentem valores manifestamente excessivos ou manifestamente inexequíveis.
- c) Sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de impedir o julgamento.

8.19. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro e licitantes presentes.

8.20. Não serão motivos de desclassificação, simples omissões irrelevantes para o entendimento da proposta, que não causem prejuízo à Administração ou lesem direitos dos demais licitantes.

9. DA ATA E VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologada a presente licitação, o CISAB – ZONA DA MATA, lavrará documento denominado **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, conforme anexo VII, com os preços das propostas classificadas em primeiro

lugar, devidamente registrados, destinado a subsidiar o Quadro Geral de Preços, o qual terá validade de **12 (doze) meses**, a contar de sua lavratura.

9.2. A Ata de Registro de Preços será lavrada em 2 (duas) vias devendo uma, ser juntada ao processo que lhe deu origem e a outra levada ao Quadro Geral de Preços.

9.3. Em cumprimento ao § 4º do art. 22 do Decreto 7892/13 e ao art. 1º do Decreto 9488/18, que regem que o instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, fica estabelecido que:

- a) Desde que **devidamente justificada a vantagem**, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, **mediante anuência do órgão gerenciador e do fornecedor**.
- b) A manifestação do órgão gerenciador fica condicionada à realização de **estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração da utilização da ata de registro de preços**.
- c) **As adesões não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem**.
- d) Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, **deverão consultar o órgão gerenciador da ata** para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
- e) **Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão**, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- f) As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo **não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório** e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- g) Após a autorização do órgão gerenciador, **o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias**, observado o prazo de vigência da ata.
- h) **Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação**, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10. DA HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO

10.1. O resultado do julgamento será submetido à autoridade competente da autarquia/município, para homologação.

10.2. Após a adjudicação do resultado do certame licitatório, o licitante vencedor terá o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação específica, para assinar a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na qual estão definidas as condições para entrega dos serviços, do pagamento, dos preços e as



penalidades a que estará sujeita para eventual inobservância das condições ajustadas.

10.3. No interesse da Administração, o objeto da presente licitação poderá ser acrescido ou reduzido em 25% (vinte e cinco por cento), com aumento ou suspensão dos quantitativos originalmente contratados, sem que disso resulte para o licitante direito a qualquer reclamação ou indenização.

10.4. É facultado ao CISAB – ZONA DA MATA, quando o licitante recusar-se, injustificadamente, a entregar e cumprir com sua proposta vencedora, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste edital e na legislação.

10.5. Ocorrendo essa hipótese, o Processo retornará ao Pregoeiro, que convocará os licitantes e, em sessão pública, procederá ao exame das demais Propostas, bem como da habilitação de seus ofertantes, segundo a ordem de classificação, até que uma proposta atenda, integralmente, ao Edital, sendo o seu autor declarado vencedor.

10.6. A aquisição pretendida deverá ser executada em estrita conformidade com as prescrições deste edital e seus anexos, que são dele partes integrantes e inseparáveis.

11. DAS SANÇÕES

11.1. O licitante convocado, dentro do prazo de validade da sua proposta que se recusar injustificadamente a proceder à entrega, apresentar pendências junto aos cadastros da Administração Pública, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a entrega, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficando ainda sujeito a multa de 5% (cinco por cento) do valor global da proposta, devidamente atualizado, sem prejuízo das demais cominações legais, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, conforme previsto nos artigos 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pelas Leis nº 8.883/94 e 9.648/98, além do encaminhamento ao Ministério Público para aplicação das sanções criminais previstas nos artigos 89 a 99 da referida Lei, salvo a superveniência comprovada de motivo de força maior desde aceite pelo CISAB – ZONA DA MATA.

11.2. Fica facultado ao CISAB – ZONA DA MATA, na hipótese de descumprimento por parte da adjudicatária das obrigações assumidas, aplicar à multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global da proposta do licitante. A multa poderá ser aplicada a cada novo período de 05 (cinco) dias de atraso.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A despesa decorrente da contratação do objeto desta licitação correrá à conta das dotações orçamentárias próprias de cada autarquia dos municípios consorciados participantes deste certame.

13. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

13.1. O pagamento pelos serviços será efetuado em até **15 (quinze) dias**, mediante conferência e apresentação da Nota Fiscal, demonstrando a quantidade total do serviço fornecido até aquela data, com os respectivos preços unitário e total.



13.2. As Notas Fiscais deverão ser enviadas à CONTRATANTE juntamente com as vias de requisições recolhidas pela CONTRATADA, para efeito de conferência.

13.3. O pagamento das Notas será feito através de transferência, depósito bancário ou em cheque nominal à CONTRATADA, que, neste caso, deverá comparecer ao setor de pagamento da CONTRATANTE para recebê-lo.

13.4 A liberação do pagamento, contudo, ficará sujeita ao aceite do objeto pelo Departamento responsável de cada autarquia.

13.5. No caso da existência de pendências fiscais, relativos à documentação exigida no item nº 7, o pagamento referente à entrega dos serviços, só será efetuado mediante a regularização da documentação.

13.6. Ocorrendo o atraso no pagamento por omissão, erro ou dolo da CONTRATANTE, será pago ao CONTRATADO encargos calculados pela variação do INPC, *pro rata die*, sobre o valor devido.

13.7. Na extinção da relação contratual o pagamento será efetuado na forma direta, retratando a quantidade de serviço efetuado e eventualmente não compreendido na última quitação.

13.8. Não é permitido fazer pagamento adiantado em qualquer hipótese de acordo com a lei.

14. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DO CERTAME

14.1. A Administração, observadas razões de conveniência e oportunidade, devidamente justificadas, poderá revogar a qualquer momento o presente procedimento, ou declarar a sua nulidade por motivo de ilegalidade, mediante despacho fundamentado.

14.2. A anulação do procedimento licitatório induz à do instrumento contratual. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação ou revogação do procedimento licitatório.

15. DOS RECURSOS

15.1. Existindo intenção de interpor recurso, o licitante deverá manifestá-la ao pregoeiro, de viva voz, imediatamente após a declaração do vencedor.

15.2. A manifestação necessariamente explicitará motivação consistente, que será liminarmente avaliada pelo pregoeiro, a qual decidirá pela sua aceitação.

15.3. Admitido o recurso, o licitante disporá do prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, por escrito, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

15.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.5. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.



15.6. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

16. DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão solucionados diretamente pelo pregoeiro ou autoridade competente, observados os preceitos de direito público e as disposições de Lei nº 8.666/93.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. O prazo para entrega dos serviços consta no Anexo I deste edital (Termo de Referência).

17.2. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.3. Reservam-se ao Pregoeiro e aos membros da Equipe de Apoio o direito de solicitar, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares.

17.4. No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

17.4.1. Adiada a data da abertura desta licitação.

17.4.2. Alteradas as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a sua realização.

17.5. Não se permitirá a qualquer dos licitantes solicitar a retirada de envelopes ou cancelamento de propostas após a sua entrega.

17.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública de Pregão.

17.7. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

17.8. Quanto aos textos, as declarações anexas a este edital são modelos exemplificativos, exigindo-se expressamente, todavia, que **o licitante se faça identificar corretamente nelas com sua razão social, CNPJ e nome do representante legal quando proceder com a assinatura de cada uma delas**, sob pena de inabilitação expressa.

Viçosa-MG, 04 de junho de 2020.

Ângelo Chequer
Presidente



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO PRESENCIAL 003/2020 (REGISTRO DE PREÇOS)
DATA: 18/06/2020

Objeto: Quantidades e especificações técnicas

Prestação de serviços relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho conforme quadro abaixo:

LOTE	ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. TOTAL	QUANT. POR MUNICÍPIO		LC 147/14
1	1.1	1544	ELABORAÇÃO DE LTCAT (LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO) POR ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO.	FUNCIONÁRIOS	347	200	SAAE VIÇOSA	EXCLUSIVO ME/EPP
						40	SAAE IPANEMA	
						42	DEMAE LIMA DUARTE	
						15	SAAE SENADOR FIRMINO	
	35	SAAE ABRE CAMPO						
	15	CISAB ZONA DA MATA						
	1.2	1545	ELABORAÇÃO DE LAUDO INDIVIDUAL DE AFERIÇÃO DE INSALUBRIDADE POR MÉDICO DO TRABALHO.	FUNCIONÁRIOS	347	200	SAAE VIÇOSA	
						40	SAAE IPANEMA	
42						DEMAE LIMA DUARTE		
15						SAAE SENADOR FIRMINO		



	1.3	1546	PERFIL PROFISSIONAL PREVIDENCIÁRIO – PPP.	FUNCIONÁRIOS	347	35	SAAE ABRE CAMPO	
						15	CISAB ZONA DA MATA	
						200	SAAE VIÇOSA	
						40	SAAE IPANEMA	
						42	DEMAE LIMA DUARTE	
						15	SAAE SENADOR FIRMINO	
						35	SAAE ABRE CAMPO	
	1.4	1547	ELABORAÇÃO DE PCMSO – PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL COM LEVANTAMENTO DE DADOS ATUALIZADOS IN LOCO	FUNCIONÁRIOS	338	15	CISAB ZONA DA MATA	
						42	DEMAE LIMA DUARTE	
						200	SAAE VIÇOSA	
						40	SAAE IPANEMA	
						15	SAAE SENADOR FIRMINO	
						26	SAAE ABRE CAMPO	
	1.5	1548	ELABORAÇÃO DE PPRA – PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS COM LEVANTAMENTO DE DADOS ATUALIZADOS IN LOCO	FUNCIONÁRIOS	338	15	CISAB ZONA DA MATA	
						42	DEMAE LIMA DUARTE	
200						SAAE VIÇOSA		
40						SAAE IPANEMA		
15						SAAE SENADOR FIRMINO		
2	2.1	1549	EXAMES ADMISSIONAIS – ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL.	SERVIÇO (UND)	94	40	SAAE VIÇOSA	
						8	SAAE IPANEMA	



						10	DEMAE LIMA DUARTE	
						6	SAAE SENADOR FIRMINO	
						25	SAAE ABRE CAMPO	
						5	CISAB ZONA DA MATA	
	2.2	1550	EXAMES DEMISSIONAIS – ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL.	SERVIÇO (UND)	97	40	SAAE VIÇOSA	
						12	SAAE IPANEMA	
						10	DEMAE LIMA DUARTE	
						5	SAAE SENADOR FIRMINO	
						25	SAAE ABRE CAMPO	
						5	CISAB ZONA DA MATA	
	2.3	1551	AVALIAÇÃO PERICIAL DE ATESTADOS MÉDICOS.	SERVIÇO (UND)	683	600	SAAE VIÇOSA	
						3	SAAE IPANEMA	
						50	DEMAE LIMA DUARTE	
						25	SAAE ABRE CAMPO	
						5	CISAB ZONA DA MATA	



- Os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos, observando o seguinte:

Lotes EXCLUSIVOS para ME e EPP, de acordo com a Lei Complementar nº 147 de 2014, nos lotes de contratação que não ultrapassem o valor médio de R\$ 80.000,00.

OBS.: Os interessados que atendam aos requisitos do edital, entretanto que não se enquadrem como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, também poderão apresentar propostas de preços para os itens exclusivos. No entanto, só poderão participar da etapa de disputa caso não haja no MEs ou EPPs presentes. Tal procedimento tem por objetivo viabilizar a aplicação do disposto no processamento e julgamento da Licitação, quando suas propostas poderão vir a ser consideradas para efeito de julgamento, face a inviabilidade de contratação de empresas enquadradas como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP.

MOTIVAÇÃO

Atender à demanda das prefeituras e autarquias consorciadas ao CISAB Zona da Mata.

O presente procedimento tem por objetivo a escolha da proposta mais vantajosa para a eventual e futura prestação de serviços relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho a serem implementados nos órgãos consorciados do CISAB ZONA DA MATA incluindo-se também o próprio CISAB.

A necessidade do serviço na área de segurança e medicina do trabalho visa o cumprimento das exigências do e-social e das normas regulamentadoras: LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, Instrução Normativa (art. 262/IN77 – LTCAT); Laudo Individual de Aferição de Insalubridade, (NR – 15); Exames Médicos de Saúde Ocupacional (NR-7, da portaria 3.214/78); Lei 8.213/91, art. 58, parágrafo 4º, referente ao Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP); NR7 – PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e NR9 – PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.

Quando a gestão organizacional se pauta na manutenção de um ambiente saudável e produtivo, como meio de garantir os resultados preestabelecidos, torna-se fundamental promover ações que proporcionem saúde e segurança no trabalho. Tais ações, além de cumprir determinações legais, precisam ser embasadas em ações e atitudes preventivas e educativas, disseminando informações e permitindo assim, que gestores e funcionários tornem cada vez mais conscientes quanto a importância da Saúde e Segurança do Trabalho. Dessa forma, os consorciados do CISAB Zona da Mata, participantes deste certame e inclusive o próprio CISAB, contarão com empresa especializada em Segurança e Medicina do Trabalho visando atender às normas relacionadas acima e ainda a NR4, que estabelece a obrigatoriedade das empresas privadas e públicas se organizarem e manterem em funcionamento Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, com a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho.

JUSTIFICATIVA PARA CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO TIPO “MENOR PREÇO POR LOTE”

O presente processo licitatório tem como objeto “Registro de Preços para firmar Termo de Contrato de expectativa de prestação de serviços relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho” incluindo:



elaboração de LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, Instrução Normativa (art. 262/IN77 – LTCAT); Laudo Individual de Aferição de Insalubridade, (NR – 15); Exames Médicos de Saúde Ocupacional (NR-7, da portaria 3.214/78); Lei 8.213/91, art. 58, parágrafo 4º, referente ao Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP); NR7 – PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e NR9 – PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.

Em consulta a engenheiros de segurança do trabalho e empresas do setor, o CISAB Zona da Mata foi advertido de que os seguintes serviços são dependentes: LTCAT, Laudo Individual de Aferição de Insalubridade, PPP, PCMSO e PPRA no sentido de que um depende de informações do outro, sendo que o PPRA é o relatório inicial, onde são levantados os dados, e todos os demais dependem desses dados, além disso, o PPP também depende de informações do PCMSO. Portanto, o julgamento das propostas do tipo “menor preço por item” não seria vantajoso para o órgão uma vez que laudos/relatórios elaborados por empresas diferentes poderiam prejudicar a qualidade do serviço, o que impacta diretamente na saúde ocupacional dos trabalhadores. Por esse motivo, o recomendado é que os laudos/relatórios sejam elaborados por uma única empresa e, para isso o ideal é que o julgamento das propostas seja do tipo “menor preço por lote”, em que um lote contemplaria o Laudo Individual de Aferição de Insalubridade, LTCAT, PPP, PCMSO e PPRA e o outro lote os Exames Médicos de Saúde Ocupacional.

PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

Local de realização dos serviços in loco: autarquias consorciadas requisitantes no processo licitatório 003/2020 e CISAB Zona da Mata.

- ⇒ SAAE Ipanema - MG (CEP: 36.950-000)
- ⇒ SAAE Abre Campo – MG (CEP: 36.365-000)
- ⇒ DEMAÉ Lima Duarte – MG (CEP: 36.140-000)
- ⇒ SAAE Senador Firmino – MG (CEP: 36.540-000)
- ⇒ SAAE Viçosa – MG (CEP: 36570-210)
- ⇒ CISAB ZONA DA MATA - MG (CEP: 36570-101)

CONSIDERAÇÕES BÁSICAS

Os serviços relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho, deverão seguir as exigências do e-social e compreenderão:

- LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho
- Laudo Individual de Aferição de Insalubridade
- Medicina do Trabalho (Exames Admissionais)
- Medicina do Trabalho (Exames Demissionais)
- Medicina do Trabalho (Avaliação Pericial de Atestados Médicos)



PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário

PCMSO – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional

PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.

Deverão estar inclusos nos preços propostos todas as despesas como seguro, frete, taxas, impostos e demais encargos incidentes.

O proponente assume os custos para a preparação e apresentação de sua proposta, sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por estas despesas, independentemente da condução ou do resultado da licitação.

Tipo de Previdência adotado por cada requisitante:

- ⇒ SAAE Ipanema – MG: Previdência INSS
- ⇒ SAAE Abre Campo – MG: Previdência INSS
- ⇒ DEMAE Lima Duarte – MG: Previdência INSS
- ⇒ SAAE Senador Firmino – MG: Previdência INSS
- ⇒ SAAE Viçosa – MG: Previdência Privada
- ⇒ CISAB ZONA DA MATA: Previdência INSS

DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

1. Em relação ao LTCAT:

- Elaborar o LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos de sua solicitação.
- Realizar a descrição e análise detalhada de cada atividade exercida, do ambiente de trabalho e das máquinas e equipamentos utilizados, dentre outros.
- Analisar a eficácia dos EPI's e EPC's, quando e se utilizados.
- Fazer o detalhamento de todas as funções e cargos existentes.
- Deverá ser apresentado o LTCAT provisório, 30 dias antes da emissão do LTCAT definitivo, ao Setor competente da CONTRATANTE para possíveis questionamentos e/ou adequações, se houver.

2. Em relação ao Laudo Individual de Aferição de Insalubridade:

- Elaborar o Laudo Individual de Aferição de Insalubridade por Médico do Trabalho, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos de sua solicitação.

- Reconhecer legalmente a percepção do adicional de insalubridade (NR – 15), por servidores que possuem alguma exposição a agentes físicos, químicos ou biológicos que possam causar danos à saúde desses servidores que ali desempenham suas atividades profissionais, baseando-se em limites máximos de tolerância de exposição.

- Qualificar a insalubridade e o respectivo percentual de pagamento e o enquadramento com relação à aposentadoria especial.

3. Em relação aos Exames Admissionais:

- Realização OBRIGATÓRIA de Exames Médicos de Saúde Ocupacional em conformidade com o disposto na NR-7, da portaria 3.214/78.

- Os exames médicos admissionais incluem a consulta médica prévia e a solicitação de marcação de exames por Médico do Trabalho, que deverão ser realizadas antes do trabalhador assumir suas atividades.

- Consultas Médicas:

O prazo para marcação e realização de consulta será de 05 (cinco) dias úteis.

O local para realização das consultas deverá ser no MUNICÍPIO DE CADA CONTRATANTE, por conta exclusiva da CONTRATADA.

- Exames Médicos Admissionais:

A realização dos exames admissionais deverá ser nas dependências da CONTRATADA ou em clínicas conveniadas no MUNICÍPIO DE CADA CONTRATANTE.

Após a realização dos exames, o trabalhador deverá apresentá-los ao Médico do Trabalho para análise e fornecimento do Atestado de Saúde Ocupacional para fins de admissão.

4. Em relação aos Exames Demissionais:

- Realização OBRIGATÓRIA de Exames Médicos de Saúde Ocupacional em conformidade com o disposto na NR-7, da portaria 3.214/78.

- Os exames médicos demissionais incluem a consulta médica prévia e a solicitação de marcação de exames por Médico do Trabalho, que deverão ser realizadas obrigatoriamente até a data da homologação do Acerto Final.

- Consultas Médicas:

O prazo para marcação e realização de consulta deverá ser realizado, no prazo de 48 horas obrigatoriamente.

O local para realização das consultas deverá ser no MUNICÍPIO DE CADA CONTRATANTE, por conta exclusiva da CONTRATADA.

- Exames Médicos Demissionais:

A realização dos exames demissionais deverá ser nas dependências da CONTRATADA ou em clínicas conveniadas no MUNICÍPIO DE CADA CONTRATANTE.

Após a realização dos exames, o trabalhador deverá apresentá-los ao Médico do Trabalho para análise e fornecimento do Atestado de Saúde Ocupacional para fins de demissão.

5. Em relação a Avaliação Pericial de Atestados Médicos:

- Serão avaliados pela CONTRATADA, através de exame clínico para fins de perícia médica, os Atestados Médicos com afastamento por período igual ou superior a 03 (três) dias e até 15 (quinze) para autarquias que adotem Previdência INSS e igual ou superior a 03 (três) dias para autarquias que adotem Previdência Privada, exceto se o servidor estiver comprovadamente internado, impossibilitando-lhe da realização do citado exame clínico pericial.
- Os exames clínicos para fins periciais, serão previamente agendados e serão realizados no MUNICÍPIO DE CADA CONTRATANTE, por conta exclusiva da CONTRATADA.
- A CONTRATANTE não disponibilizará transporte ao servidor para que este seja submetido a exame clínico pericial, ficando às suas expensas.
- Somente serão periciados os atestados médicos com período entre 03 (três) a 15 (quinze) dias para autarquias que adotem Previdência INSS, sendo que, atestados médicos acima desse período, serão encaminhados aos órgãos previdenciários competentes, exceto para os casos de Previdência Privada em que as perícias serão realizada para todos os atestados médicos a partir de 03 (três) dias, dependendo de cada consorciado CONTRATANTE.
- Caberá aos servidores municipais o encaminhamento do Atestado Médico para a CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas da data de sua emissão, para que a CONTRATANTE efetue o encaminhamento à CONTRATADA (através de e-mail ou outro meio de entrega) para agendamento do exame clínico de avaliação pericial junto a CONTRATADA.

- Do Atestado Médico

O atestado medico apresentado pelo servidor deverá conter, obrigatoriamente e sob pena de ser recusado, os seguintes requisitos:

Letra legível;

Nome completo do servidor;

CID (Código de Identificação da Doença);

Nome, assinatura e carimbo do médico examinador, com respectiva inscrição no CRM (Conselho Regional de Medicina).

Caso o servidor não compareça à perícia médica agendada, a CONTRATANTE deverá arcar com o valor da perícia.

6. Em relação ao PPP:

- Elaborar o PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário (periódico – individual (por servidor). no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos de sua solicitação
- Deverá ser apresentado o PPP provisório, 30 dias antes da emissão do PPP definitivo ao Setor competente da CONTRATANTE para possíveis questionamentos e/ou adequações, se houver.

7. Em relação ao PCMSO:

- Elaborar o PCMSO – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos de sua solicitação, em cumprimento da NR-7 apresentando críticas e pontos de melhorias.
- Avaliar “in loco” atividades e processos de trabalho da CONTRATANTE, bem como dos riscos de saúde ocupacionais, para definição das ações do programa a serem implantadas.
- Deverá ser apresentado o PCMSO provisório, 30 dias antes da emissão do PCMSO definitivo ao Setor competente da CONTRATANTE para possíveis questionamentos e/ou adequações, se houver.

8. Em relação ao PPRA:

- Elaborar o PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos de sua solicitação, em cumprimento da NR-9, observando as atividades e os riscos a que estão expostos seus servidores e apresentando críticas e pontos de melhorias, em todos os postos de trabalho da CONTRATANTE.
- Avaliar “in loco” atividades e processos de trabalho da CONTRATANTE, bem como dos riscos ambientais, para definição das ações do programa a serem implantadas.
- Fazer o detalhamento de todas as funções e cargos existentes.
- Deverá ser apresentado o PPRA provisório, 30 dias antes da emissão do PPRA definitivo ao Setor competente da CONTRATANTE para possíveis questionamentos e/ou adequações, se houver.

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (INCLUSOS NO ENVELOPE “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”)

- A licitante deverá apresentar:
 - a) **No mínimo 02 (dois)** Atestados de Capacidade Técnica similares com o objeto da licitação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprovem a situação da empresa ou dos(s) profissional(ais) que desenvolverão os serviços, desde que vinculados a empresa, compreendendo serviços relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho.
 - b) **Registro da empresa licitante no CRM** (Conselho Regional de Medicina).
 - c) **Registro da empresa licitante no CREA** (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura).
 - d) Registro do profissional vinculado à empresa, de nível superior (**MÉDICO**) com **ESPECIALIZAÇÃO EM MEDICINA DO TRABALHO**, no **CRM** (Conselho Regional de Medicina).
 - e) Registro do profissional vinculado à empresa, de nível superior (**ENGENHEIRO**) com **ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA DO TRABALHO**, no **CREA** (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura).
- Em relação ao vínculo profissional dos Engenheiros e Médicos com a empresa licitante:
 - a) Esta comprovação poderá ser apresentada da seguinte forma:
 - b) Cópia da CTPS (Carteira Profissional) acompanhada da Ficha de Registro de Empregados (FRE), ou
 - c) Cópia do contrato social, no qual comprove que algum membro do quadro societário possua habilitação para tais serviços, ou



- d) Documento emitido pelo conselho competente que comprove a vinculação com a empresa licitante, ou
- e) Cópia do contrato de prestação de serviços devidamente registrado em cartório.

DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- Os serviços serão executados de forma parcelada, conforme a necessidade de cada Município contratado, durante a vigência contratual.
- Os quantitativos são estimados, portanto a CONTRATANTE não se obriga a realizá-los, no todo ou em parte, sendo que as despesas oriundas desses serviços somente serão pagos mediante a realização efetiva de cada um.

RESPONSÁVEL, ENDEREÇO ELETRÔNICO E TELEFONE

Em caso de dúvidas sobre a entrega, solicitar contato de cada município através do telefone do CISAB Zona da Mata pelo e-mail compras@cisab.com.br.

CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 15 dias a partir da entrega do serviço juntamente com a apresentação da nota fiscal.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Observar as normas legais, proceder com o pagamento, fiscalizar o fornecimento e gerenciar o contrato (se houver).

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Proceder com o fornecimento em atendimento à todas as cláusulas do edital de Pregão 003/2020.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Julgamento das propostas: menor preço por lote.



ANEXO II

PREGÃO Nº 003/2020

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Ao Pregoeiro e Equipe de Apoio
CISAB – ZONA DA MATA

A signatária (**Razão Social do Licitante**), inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na (**endereço**), vem pela presente, CREDENCIAR o Sr.(a)....., portador(a) da cédula de identidade sob o nº, CPF sob o nº....., para o fim especial de representá-la junto ao CISAB, no Processo Licitatório sob a modalidade de PREGAO nº....., com poderes para apresentar Envelopes Proposta e Documentos de Habilitação, formular ofertas e lances de preços na sessão pública, apresentar impugnações, interpor recursos, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

Local e Data

NOME E ASSINATURA DO LICITANTE
RAZAO SOCIAL, CNPJ

- **Item 4.1.1, do Edital**

Obs.: Este documento deverá ser entregue FORA DO ENVELOPE, juntamente com uma via do contrato social e logo no início da sessão, assim que o solicitar ao Pregoeiro, devendo ser devidamente assinado e com reconhecimento de firma.



ANEXO III

PREGÃO Nº 003/2020

DECLARAÇÃO

Razão Social do Licitante, inscrita no CNPJ sob o nº., sediada (endereço), por seu representante legal, declara, sob as penas da Lei, para fins requeridos no inciso VII, do artigo 4º da Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constantes no presente edital e declara também estar de acordo com todos os termos do Edital de Pregão 003/2020 do CISAB Zona da Mata e de todos os seus anexos, todos de seu integral conhecimento.

Local e Data

**NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
RAZAO SOCIAL, CNPJ**

- **Item 5.1.1, do Edital**

Obs.: Esta Declaração deverá ser entregue no ato do Credenciamento, FORA DO ENVELOPE, logo no início da sessão, assim que o solicitar o Pregoeiro sob as penas previstas no presente Edital.

27



ANEXO IV

PREGÃO Nº 003/2020

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

**Ào Pregoeiro e Equipe de Apoio
CISAB – ZONA DA MATA**

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório sob a modalidade de Pregão nº, instaurado pelo CISAB, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

Local e Data

**NOME E ASSINATURA DO DECLARANTE
RAZAO SOCIAL, CNPJ**

- **Item 7.1.4 – letra “a” do Edital**

Obs.: Esta Declaração deverá estar DENTRO DO ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO.



ANEXO V

PREGÃO Nº 003/2020

DECLARAÇÃO

Razão Social do Licitante, inscrita no CNPJ sob o nº, sediada (endereço), DECLARA, sob as penas da Lei, para fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no artigo 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não tem em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Local e Data

**NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
RAZAO SOCIAL, CNPJ**

- **Item 7.1.4 - letra “b” do Edital**

Obs.: Esta Declaração deverá estar DENTRO DO ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO.



ANEXO VI

PREGÃO Nº 003/2020

DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº _____, por intermédio de seu representante legal _____ Identidade nº _____, expedida pela (o) _____ CPF/MF nº _____, em atendimento ao disposto no Edital de Pregão ___/2020, DECLARA, sob as penas da Lei, que é considerada:

() **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006

ou

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006

DECLARA ainda que esta empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006.

_____, _____ de _____ de 2020.

NOME
Representante legal da empresa
CARIMBO DA EMPRESA



ANEXO VII

PREGÃO Nº 003/2020

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 003/2020
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

PROCESSO Nº. 033/2020
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020

Aos dias do mês de junho do ano de 2020, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS – CISAB ZONA DA MATA**, com sede na Rua Gomes Barbosa, 942, Sala 801 - Centro, Viçosa-MG, CNPJ: 10.331.797.0001-63, adiante designado **FUTURO/PROMITENTE COMPRADOR**, representado neste ato por seu presidente, Sr. Ângelo Chequer, doravante simplesmente denominado CISAB e a(s) empresa(s) relacionadas abaixo, representada pelo preposto/sócio administrador, doravante denominada(s) **FUTURA/PROMITENTE FORNECEDORA**, celebram a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, em decorrência do Pregão Presencial 003/2020, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e suas alterações, Decreto Federal 7892/13, Decreto Federal 9488/18, Decreto Estadual nº 24.649/03, Decretos Municipais nºs 3893/2004, 3906/2005 e 4002/2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações, Lei complementar nº 123/06 e a Lei Complementar nº 147/14 e demais exigências deste edital, bem como todas as demais legislações aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente procedimento licitatório limita-se ao registro de Preços para firmar Termo de Contrato de expectativa de prestação de serviços relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho, de acordo com as especificações e condições contidas no anexo I desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses. É admitida sua prorrogação quando os preços continuarem se mostrando mais vantajosos, e desde que haja anuência do órgão gestor do Registro de Preços e Futura Fornecedora.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o CISAB não será obrigado a firmar contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Os preços ofertados pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços estão especificados no Anexo I desta ata.

Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão nº 003/2020.

Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão nº 003/2020, pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

O CISAB Zona da Mata poderá solicitar adesão de outros participantes a esta ata, ficando a cargo da(s) detentora(s) o aceite ou a recusa, conforme item 9.3 do edital de Pregão nº 003/2020.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO, DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

Os serviços objeto desta Ata de Registro de Preço devem ser executados pela mão de obra da DETENTORA, sob orientação e supervisão do CISAB ZONA DA MATA E CONSORCIADOS INTEGRANTES desta Ata, não podendo ser sub-empregados, cedidos ou sublocados, excetuados aqueles que não se incluem em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência do CISAB ZONA DA MATA E CONSORCIADOS INTEGRANTES, por escrito, sem prejuízo de responsabilidade da DETENTORA pelos ônus e perfeição técnica dos mesmos, ressalvando-se o disposto no parágrafo 16º desta cláusula.

O CISAB ZONA DA MATA E CONSORCIADOS INTEGRANTES não se obrigam a realizar os serviços contratados, que somente serão efetuados em caso de necessidade premente.

Os serviços deverão ser executados com técnicas adequadas.

O tempo gasto para a realização dos serviços deverá ser compatível com serviços de outros profissionais/equipamentos similares do mercado. Em caso de dúvida, a DETENTORA deverá apresentar relatório, justificando o tempo gasto nos serviços, que será avaliado pelo CISAB ZONA DA MATA E CONSORCIADOS INTEGRANTES para sua aprovação ou não.

Os serviços relacionados a Segurança e Medicina do Trabalho, deverão seguir as exigências do e-social.

Os serviços serão executados de forma parcelada, conforme a necessidade do CISAB ZONA DA MATA E CONSORCIADOS INTEGRANTES, durante a vigência contratual.

Os quantitativos são estimados, portanto o CISAB ZONA DA MATA E CONSORCIADOS INTEGRANTES não se obrigam a realizá-los, no todo ou em parte, sendo que as despesas oriundas desses serviços somente serão pagos mediante a realização efetiva de cada um.

Por motivo de força maior, alheios à vontade da DETENTORA, que impossibilitem a execução do serviço, esta deverá indicar de imediato, outra empresa, para a prestação dos serviços solicitados. A empresa indicada, neste caso, deverá ter condições de pronto atendimento do serviço solicitado pelo CISAB ZONA DA MATA E CONSORCIADOS INTEGRANTES.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O pagamento pela execução dos serviços será efetuado em **até 15 (quinze) dias, mediante conferência e apresentação da Nota Fiscal**, demonstrando a quantidade total do serviço fornecido até aquela data, com os respectivos preços unitário e total.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A entrega dos serviços/resultados só estará caracterizada se acompanhada da ordem de Fornecimento.

O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.

Os serviços deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal/fatura correspondente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

Ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, mencionadas no art. 393 do Código Civil, a empresa signatária responderá, com suporte no princípio da culpa objetiva, pela cobertura integral de quaisquer prejuízos sofridos diretamente pelo CISAB, ou causados a terceiros, por ato ou fato, comissivos ou omissivos da empresa signatária ou de seus prepostos.

Em caso de ocorrência dos prejuízos e danos previstos no parágrafo anterior, o CISAB ao seu alvedrio, o declarará e fixará o seu valor, podendo abatê-lo dos vencimentos mensais devidos à empresa signatária, ou, se inviável a compensação, prover a execução judicial, independentemente da participação da empresa signatária na apuração do prejuízo, através da expedição de letra de câmbio de valor equivalente ao dano, com força de título executivo extrajudicial, sem exclusão de outras sanções cabíveis.

Fica facultado ao CISAB, na hipótese de descumprimento por parte da adjudicatária das obrigações assumidas, aplicar multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global contrato. A multa poderá ser aplicada a cada novo período de 05 (cinco) dias de atraso.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

A prestação dos serviços poderá ser rescindida, quer pela inexecução das obrigações pactuadas, quer pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexigível, ou desde que ocorra qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/93, à qual as partes expressamente se submetem, podendo a rescisão ser determinada:

- a) Mediante a denúncia da parte interessada, com antecedência de 30 (trinta) dias da data para a extinção da vigência desta ata.
- b) Por ato unilateral e escrito do CISAB nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do supra citado artigo, quando nenhuma indenização será devida à empresa signatária.
- c) Judicial, nos termos da Lei.

CLÁUSULA NONA – DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

Com base no Decreto 7892/13, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e

comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DEZ – DO CANCELAMENTO

O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita formalmente, pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços;

No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação.

Pelas detentoras, quando:

a) mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas nesta ata, caso não aceita as razões do pedido.

CLÁUSULA ONZE – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O fornecimento dos serviços, objetos desta Ata de Registro de Preços será supervisionado pelo requisitante consoante o disposto no Art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA DOZE – DA AUTORIZAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E EMISSÃO DAS REQUISIÇÕES DE SERVIÇOS

Para a prestação dos serviços objeto da presente Ata de Registro de Preços, cada Autarquia comunicará por escrito à empresa fornecedora, o nome e a identidade dos seus servidores credenciados a assinar requisições, e será responsável por todo e qualquer fornecimento pelos mesmos solicitados.

CLÁUSULA TREZE - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Os recursos financeiros destinados ao pagamento da importância mencionada na cláusula anterior acham-se previstos nas dotações orçamentárias de cada Autarquia para o **exercício de 2020**.

CLÁUSULA QUATORZE – DA UTILIZAÇÃO DA ATA POR OUTROS ÓRGÃOS

Em cumprimento ao § 4º do art. 22 do Decreto 7892/13 e ao art. 1º do Decreto 9488/18, que regram que o instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, fica estabelecido que:

- a) Desde que **devidamente justificada a vantagem**, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, **mediante anuência do órgão gerenciador e do fornecedor**.
- b) A manifestação do órgão gerenciador fica condicionada à realização de **estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração da utilização da ata de registro de preços**.
- c) **As adesões não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem**.
- d) Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, **deverão consultar o órgão gerenciador da ata** para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
- e) **Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão**, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.



- f) As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo **não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório** e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- g) Após a autorização do órgão gerenciador, **o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias**, observado o prazo de vigência da ata.
- h) **Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação**, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA QUINZE – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Viçosa - MG, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais especial que seja para a solução de qualquer pendência atinente a este contrato.

E por estarem assim ajustadas, as partes firmam o presente instrumento, em duas vias para um só efeito, depois de lido e achado conforme na presença de duas testemunhas.

Viçosa - MG, xx de junho de 2020.

Consórcio Intermunicipal da Zona da Mata - CISAB

DETENTORA

TESTEMUNHAS: _____
Nome e CPF

Nome e CPF

ANEXO I ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 003/2020

LOTE ____

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. POR MINICÍPIO	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL DO LOTE ____							



ANEXO VIII

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO Nº003/2020

EMPRESA:

ENDEREÇO:

TELEFONE:FAX.....

E-MAIL:

C. N. P. J INSC. ESTADUAL:.....

Pela presente, formulamos proposta Comercial para, de acordo com todas as condições estabelecidas no Edital do Pregão Presencial nº 003/2020 e seus anexos.

LOTE 01

LOTE	ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. POR MUNICÍPIO		QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1.1	1544	ELABORAÇÃO DE LTCAT (LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO) POR ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO.	FUNCIONÁRIOS	200	SAAE VIÇOSA	347		
					40	SAAE IPANEMA			
					42	DEMAE LIMA DUARTE			
					15	SAAE SENADOR FIRMINO			
					35	SAAE ABRE CAMPO			



	1.2	1545	ELABORAÇÃO DE LAUDO INDIVIDUAL DE AFERIÇÃO DE INSALUBRIDADE POR MÉDICO DO TRABALHO.	FUNCIONÁRIOS	15	CISAB ZONA DA MATA	347		
					200	SAAE VIÇOSA			
					40	SAAE IPANEMA			
					42	DEMAE LIMA DUARTE			
					15	SAAE SENADOR FIRMINO			
					35	SAAE ABRE CAMPO			
	15	CISAB ZONA DA MATA							
	1.3	1546	PERFIL PROFISSIONAL PREVIDENCIÁRIO – PPP.	FUNCIONÁRIOS	200	SAAE VIÇOSA	347		
					40	SAAE IPANEMA			
					42	DEMAE LIMA DUARTE			
					15	SAAE SENADOR FIRMINO			
					35	SAAE ABRE CAMPO			
					15	CISAB ZONA DA MATA			
	1.4	1547	ELABORAÇÃO DE PCMSO – PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL COM LEVANTAMENTO DE DADOS ATUALIZADOS IN LOCO	FUNCIONÁRIOS	42	DEMAE LIMA DUARTE	338		
					200	SAAE VIÇOSA			
					40	SAAE IPANEMA			
					15	SAAE SENADOR FIRMINO			
					26	SAAE ABRE CAMPO			
					15	CISAB ZONA DA MATA			
	1.5	1548	ELABORAÇÃO DE PPRA – PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS COM LEVANTAMENTO DE DADOS	FUNCIONÁRIOS	42	DEMAE LIMA DUARTE	338		
					200	SAAE VIÇOSA			
					40	SAAE IPANEMA			



		ATUALIZADOS IN LOCO		15	SAAE SENADOR FIRMINO			
				26	SAAE ABRE CAMPO			
				15	CISAB ZONA DA MATA			
VALOR TOTAL DO LOTE 01								

LOTE 02

LOTE	ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. POR MUNICÍPIO		QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	2.1	1549	EXAMES ADMISSIONAIS – ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL.	SERVIÇO (UND)	40	SAAE VIÇOSA	94		
					8	SAAE IPANEMA			
					10	DEMAE LIMA DUARTE			
					6	SAAE SENADOR FIRMINO			
					25	SAAE ABRE CAMPO			
	5	CISAB ZONA DA MATA							
	2.2	1550	EXAMES DEMISSIONAIS – ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL.	SERVIÇO (UND)	40	SAAE VIÇOSA	97		
					12	SAAE IPANEMA			
					10	DEMAE LIMA DUARTE			
					5	SAAE SENADOR FIRMINO			
25					SAAE ABRE CAMPO				



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA
 MATA DE MINAS GERAIS
 AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
 CNPJ: 10.331.797/0001-63
www.cisab.com.br

					5	CISAB ZONA DA MATA			
					600	SAAE VIÇOSA			
					3	SAAE IPANEMA			
	2.3	1551	AVALIAÇÃO PERICIAL DE ATESTADOS MÉDICOS.	SERVIÇO (UND)	50	DEMAE LIMA DUARTE	683		
					25	SAAE ABRE CAMPO			
					5	CISAB ZONA DA MATA			
								VALOR TOTAL DO LOTE 02	



ANEXO IX

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2020

CONTRATO Nº :/2020

CONTRATANTE:

CONTRATADO:

OBJETO:

VALOR: R\$

VIGÊNCIA: Até .../.../2021

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL CISAB Nº 003/2020

SETOR RESPONSÁVEL:

Pelo presente, de um lado o, Autarquia Municipal criada pela Lei nº, com sede na Rua CNPJ Nº adiante designada **CONTRATANTE**, representada neste ato pela seu(ua) Diretor(a), o (a) Senhor(a) - doravante denominado **CONTRATANTE**, de outro, a empresa, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ do MF sob o nº, com sede na Rua, no Município de, Estado de, neste ato representada pelo sócio(a)CPF:, doravante denominada **contratada**, têm entre si justo e contratado, com inteira sujeição à Lei Federal nº 8.666/93, em razão da licitação pela modalidade de pregão e, conforme ata Registro de Preços/2020 de .../.../2021, devidamente ratificada, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Prestação de serviços relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho, conforme Anexo Descritivo do procedimento licitatório em questão e proposta de preços da contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES: Pelo objeto referido na cláusula primeira, o contratante pagará à contratada o valor de R\$ (.....), conforme entrega dos serviços e conforme edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VERIFICAÇÃO DA ENTREGA DO OBJETO DO CONTRATO: A verificação da entrega do objeto desta licitação ficará a cargo do

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO: O pagamento será realizado, pelo -MG, em até 15 dias após o fornecimento do objeto, contados da apresentação da documentação fiscal, devidamente atestada por eles.

§1º - Em caso de devolução da documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento será de 5 dias a partir da sua reapresentação.

§2º - O pagamento onerará a seguinte dotação orçamentária:, exercício de 2020

CLÁUSULA QUINTA – DOS REAJUSTES: Os valores estabelecidos neste contrato são fixos e irrevogáveis, com exceção de superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências

incalculadas – capazes de retardar ou impedir a execução do ajuste – ou ainda de casos de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, com a configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual, hipóteses nas quais será mantido o equilíbrio econômico-financeiro inicial contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES:

§1º - É obrigação da contratada o fornecimento dos serviços de acordo com as cláusulas do edital de pregão CISAB Zona da Mata nº 003/2020.

§2º - Constitui-se em obrigação do contratante o pagamento estabelecido neste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO: A fiscalização é de competência de cada autarquia e será exercida pelo contratante, através de seus setor(es) competente(s) – Diretoria Executiva – o(s) qual(is) poderá(ão), junto ao representante da contratada, solicitar a correção de eventuais falhas e/ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 48h (quarenta e oito horas), serão objeto de comunicação oficial à contratada, a qual submeter-se-á à aplicação das penalidades previstas neste contrato.

Parágrafo único. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste contrato serão registradas pelo contratante.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL: A rescisão contratual poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e escrito do contratante, nos seguintes casos:

- a) não cumprimento das cláusulas contratuais nas condições e prazos especificados;
- b) cumprimento irregular de cláusulas contratuais diante das condições e prazos especificados;
- c) subcontratação total do objeto deste contrato, associação da contratada com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação;
- d) cometimento reiterado de faltas na execução do contrato;
- e) decretação de falência ou instauração de insolvência civil;
- f) dissolução da sociedade da contratada;
- g) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudiquem a execução do contrato;
- h) ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovadas, desde que impeditivas à execução do contrato;

II – amigável, por acordo entre as partes, diante da conveniência do contratante.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES: Sem prejuízo do previsto no art. 87 da Lei nº 8.666/93, a contratada ficará sujeita à multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato.

Parágrafo único. As multas legais e a prevista neste contrato não eximem a contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO: Fica eleito o foro da comarca de-MG, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA
MATA DE MINAS GERAIS
AUTARQUIA INTERMUNICIPAL
CNPJ: 10.331.797/0001-63
www.cisab.com.br

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Fazem parte integrante deste contrato, independente de transcrição, as condições estabelecidas na licitação respectiva e as normas contidas na Lei nº 8.666/93, a qual será aplicada aos casos omissos.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

....., de de 2020.

PELA CONTRATANTE

PELA CONTRATADA
Diretor (a) Sócio

TESTEMUNHAS:

- 1).....
- 2).....

ANEXO X

FORMULÁRIO PARA AUTORIZAÇÃO DE PASSAGEM EM BARREIRA SANITÁRIA

Este formulário tem por objetivo permitir a entrada na cidade de Viçosa - MG de empresa para participação única e exclusiva em processo licitatório na modalidade presencial a ser realizado pelo CISAB Zona da Mata. Todos os dados abaixo deverão ser devidamente preenchidos. O formulário assinado deverá ser enviado ao CISAB, através do e-mail compras@cisab.com.br com antecedência de até três dias úteis antes da data da realização do pregão.

Dados do processo licitatório	
Processo Licitatório:	003/2020
Objeto:	Registro de Preços para firmar Termo de Contrato de expectativa de prestação de serviços relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho
Data e horário previsto:	18/06/2020 às 09:00
Local:	Sede do CISAB Zona da Mata – Rua Gomes Barbosa, 942, sala 801 - Centro
Dados da empresa	
Empresa:	
CNPJ:	
Endereço completo (Rua/avenida, cidade, estado):	
Representante legal:	
CPF:	
Dados do licitante	
Nome:	
CPF:	
Telefone:	
Dados do trajeto	
Origem:	
Rodovia de passagem:	

Declaro para os devidos fins, que os dados acima são verdadeiros, que o acesso à cidade de Viçosa-MG é única e exclusivamente para participação no processo licitatório em questão e que, tão logo findado o processo, regressarei de imediato à cidade de origem. Reconheço que sou responsável civil e criminalmente pelas informações prestadas bem como pelo cumprimento irrestrito das condições avençadas.

Local, xx de xxxxxxxx de 2020

Assinatura